



UMA REFLEXÃO SOBRE AS DESIGUALDADES DE GÊNERO A PARTIR DA PERSPECTIVA DO SUTTA BUDISTA *ĀVEṆĪKADUKKHASUTTA* - OS CINCO SOFRIMENTOS PARTICULARES DAS MULHERES

Magda Loureiro Motta Chinaglia*
Ethel Panitsa Beluzzi**

RESUMO

Este artigo busca trabalhar o *Āveṇīkadukkhasutta* (os cinco sofrimentos particulares das mulheres), um *sutta* budista da tradição Páli, a partir das desigualdades de gênero, na cultura indiana antiga e na sociedade contemporânea. Esse *sutta* apresenta cinco sofrimentos que perpassam a condição feminina, tanto sob o ponto de vista biológico quanto social, como a menstruação, a gravidez e o parto, a separação da família no casamento e a submissão forçada ao homem. Eles são trabalhados no contexto histórico e cultural no qual o texto foi proferido, e considerações sobre como até hoje podemos observá-los em nossa sociedade. Trazemos, por fim, elementos da tradição budista que se opõem diretamente às

* Doutora em Medicina, área de Concentração Tocoginecologia, pela Universidade Estadual de Campinas (1993) e Especialista em Ginecologia e Obstetrícia pela Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO, 2000). Mestre em Medicina, área de concentração em Ginecologia e Obstetrícia pela UFMG (1988). Graduação em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (1984). Membro da Diretoria e consultora da Reprolatina - Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva. Cursa a graduação em Teologia Budista no Instituto Pramāṇa, Valinhos. Leciona no Instituto Pramāṇa.
Email: magda.chinaglia@gmail.com

** Doutora em Linguística Aplicada, na área de Tradução, pela Universidade Estadual de Campinas (2018). Mestre em filosofia, na área de Epistemologia Moderna, pela Universidade Estadual de Campinas (2014). Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (2011) e graduada em Teologia pela Universidade Católica Dom Bosco (2023). Formada em Teologia Budista pelo Instituto Pramāṇa (Associação Buddha-Dharma). Leciona no Instituto Pramāṇa.



estruturas que causam esse sofrimento, defendendo a proteção a todos os seres.

Palavras-chaves: Āveṇīkadukkhassutta; sutta; budismo; desigualdade de gênero.

Abstract:

This article aims to analyze the Āveṇīkadukkhassutta (the five particular sufferings of women), a Buddhist sutta from the Pāli tradition, from the perspective of gender inequalities, both in ancient Indian culture and in our contemporary society. This sutta presents five sufferings that encompass the female condition, addressing both biological and social aspects, such as menstruation, pregnancy and childbirth, separation from the family due to marriage and forced submission to men. They are examined within the historical and cultural context in which the text was delivered, and considerations are made about how these issues persist nowadays. Finally, we present elements from the Buddhist tradition that directly oppose the structures causing this suffering, advocating for the protection of all beings.

Keywords: Āveṇīkadukkhassutta; sutta; Buddhism; gender inequalities.

RESUMEN

Este artículo pretende analizar el Āveṇīkadukkhassutta (los cinco sufrimientos particulares de la mujer), un sutta budista de la tradición Pāli, a partir de las desigualdades de género en la cultura india antigua y la sociedad contemporánea. Este sutta presenta cinco sufrimientos propios de la mujer, desde la perspectiva biológica y social, cómo la menstruación, el embarazo, el parto, la separación de la familia en el matrimonio y la sumisión forzada a los hombres. Analizamos el contexto histórico y cultural en el que se elaboró el texto, y consideramos cómo todavía hoy podemos observarlos en nuestra sociedad. Finalmente, aportamos elementos de la tradición budista que se oponen directamente a las estructuras que causan sufrimiento, defendiendo la protección de todos los seres.

Palabras clave: Āveṇīkadukkhassutta; sutta; budismo; desigualdad de género.

1. INTRODUÇÃO

As desigualdades de gênero entre mulheres e homens fundamentam-se nas relações de poder assimétricas originadas por desigualdades sociais a partir das diferenças sexuais e que produzem, como



consequência, desigualdades no acesso a recursos, bens e serviços da sociedade. Ademais, as desigualdades de gênero são atravessadas por outras condições, tais como classe social, etnia, idade, orientação sexual, deficiência, localização geográfica e cultura, que aprofundam a sua complexidade e acentuam o impacto sobre a saúde e a vida das pessoas (Lilia RODRIGUEZ, 2015, p. 4; UNFPA, 2021, p. 9). Por exemplo, as estimativas de necessidades insatisfeitas em saúde sexual e reprodutiva na região da América Latina e Caribe em 2019 indicam que aproximadamente 218 milhões de mulheres entre 15 e 49 anos desejam evitar uma gravidez, mas não usam nenhum método anticoncepcional, sendo que aproximadamente metade das gestações anuais são não planejadas. Entre as gestantes, pelo menos 50 milhões tiveram assistência pré-natal insuficiente, 35 milhões sofreram aborto em condições inseguras e estima-se que pelo menos 133 milhões de mulheres não tiveram acesso a tratamento às infecções sexualmente transmissíveis clamídia, gonorreia, sífilis e tricomoníase (Elizabeth A. SULLY et al, 2019, p. 3).

Todavia, para além dos números, as desigualdades de gênero resultam em inúmeros problemas e consequências que significam intenso sofrimento para as mulheres. De fato, como aponta Marta LAMAS (1999, p. 30), uma das consequências nefastas do gênero, enquanto sofrimento humano, é o sexismo. A discriminação se dá, por exemplo, quando a mulher não é capaz de decidir quando ou quantos filhos deseja ou aceita um casamento infantil ou, ainda, resigna-se a conviver com um parceiro violento.

A tradição budista ensina que todos os seres sencientes estão presos em um ciclo de sofrimentos, o *samsāra*, em um cenário inescapável de nascimento, adoecimento, envelhecimento e morte que ocorre sucessivas vezes, sendo o objetivo final a cessação total desse ciclo, a paz definitiva, *nirvāna* (Mahāpaṇḍita VASUBANDHU, 2021, p. 10). Desse modo, a libertação dos sofrimentos e suas causas é um elemento central da soteriologia budista e é tão significativo que o primeiro sermão do Buda histórico, após o completo despertar, foi o ensino das Quatro Nobres Verdades como o método para se obter a libertação final dos sofrimentos (Plínio Marcos TSAI, 2017, p. 146-149).

Neste sentido, é extraordinário que, mesmo diante da vasta quantidade de discursos com explicações sobre as Quatro Nobres Verdades, o Buda tenha dedicado um *sutta* especificamente para en-



sinar a respeito de sofrimentos que são particulares às mulheres, o *Āveṇīkadukkhasutta*. Durante a pesquisa documental sobre este texto, encontramos uma enorme escassez de referências sobre o mesmo que se limitam, basicamente, a algumas menções e citações breves. O *sutta* apresenta e descreve conjunto de cinco sofrimentos que as mulheres sofrem, mas os homens não; quando nos deparamos com esse texto, de imediato reconhecemos ali situações que são vividas por muitas mulheres nos dias de hoje, e que expressam as profundas desigualdades de gênero que estão presentes em nossa sociedade.

Desse modo, o objetivo deste artigo é apresentar o *Āveṇīkadukkhasutta*, o *sutta* dos cinco sofrimentos particulares das mulheres, bem como desenvolver algumas considerações a respeito de cada um desses sofrimentos como expressões de marcadores de desigualdades de gênero na sociedade brasileira.

2. O *ĀVEṆĪKADUKKHASUTTA*: O *SUTTA* DOS CINCO SOFRIMENTOS PARTICULARES DAS MULHERES

O *Āveṇīkadukkhasutta*, o Discurso sobre os Sofrimentos Particulares das Mulheres, é um *sutta* pertencente à coleção do *Saṃyutta Nikāya*. O *Saṃyutta Nikāya*, os “Discursos Conectados de Buda”, são a terceira maior coleção no *Sutta Piṭaka*, a “Cesta de Discursos”. A coleção tem esse nome pois os *suttas* em cada capítulo são conectados (P. *saṃyutta*) pelo tema do nome do capítulo (BHIKKHU SUJATO, 2018, p. 11). O *Saṃyutta Nikāya* é dividido em cinco partes principais chamadas *vaggas*, livros, que são divididos em cinquenta e seis *saṃyuttas*, capítulos principais, por sua vez também divididos em *vaggas*, entendidos como sub-capítulos; finalmente, em cada um desses sub-capítulos há *suttas*, os discursos de Buda¹ (BHIKKHU SUJATO, 2018, p. 13-14). A coleção está escrita em Páli.

Neste contexto, *Āveṇīkadukkhasutta* na coleção do *Saṃyutta Nikāya*, está presente no grupo de textos que trabalham questões relacionadas ao campo dos seis sentidos (*Saḷāyatana-vagga*) e, dentro desses, daqueles que falam sobre as mulheres (*Mātugāma-saṃyutta*). Dos três sub-capítulos que compõe o *Mātugāma-saṃyutta*, o *Āveṇīkadukkhasutta* está presente no primeiro (*Paṭhamapeyyāla-vagga*), sendo um entre catorze *suttas*.

¹ Portanto, a estrutura é *Saṃyutta Nikāya* > *vaggas* (cinco partes principais) > *saṃyuttas* (capítulos principais) > *vaggas* (sub-capítulos) > *suttas* (discursos).



É importante situar que, embora o esteja dentro da temática de textos que falam sobre mulheres (*Mātugāma-samyutta*), isso não indica que o Buda apresente diferenças doutrinárias com relação ao treinamento de homens e mulheres. É importante entender esses discursos dentro de seu contexto: os discursos de Buda ocorrem em momentos históricos determinados e para audiências específicas. Assim, os ensinamentos não poderiam ser destacados e analisados universalmente, mas necessariamente em relação com o público e sua linguagem.

Embora não pretendamos discutir em profundidade os discursos que fazem parte do *Mātugāma-samyutta*, nem tampouco as diferentes interpretações que se desenvolveram nas diferentes escolas do pensamento budista, vale a pena chamar a atenção para um discurso específico – o *Pañcasīlasutta*. Esse *sutta*, que pode ser traduzido como o Discurso sobre os Cinco Preceitos, está presente na mesma coleção e subcapítulo e enumera cinco preceitos recomendados às mulheres – preceitos esses idênticos aos recomendados aos homens². Esse é um indício de que, embora a linguagem esteja adequada a um público feminino, isso tem uma relação profunda com o contexto no qual o texto foi proferido.

Nesse sentido, sigamos às considerações sobre nosso *sutta* principal, o *Āveṇīkadukkhāsutta*. Os cinco sofrimentos enumerados por Buda se voltam tanto a sofrimentos que advém do corpo feminino (a menstruação, a gravidez e o parto) quanto sofrimentos que advém às mulheres por força das relações sociais nas quais elas estão inseridas (a separação da família no casamento e estar submetida ao homem), relações sociais que estavam presentes no momento em que o discurso foi proferido. São, assim, sofrimentos circunstanciais associados a um nascimento feminino em determinada sociedade – diferentes, portanto, dos sofrimentos existenciais que são descritos nos textos como associados à existência humana ou a qualquer renascimento no *samsāra*.

² No original: “When, Anuruddha, a woman possesses five qualities, with the breakup of the body, after death, she is reborn in a good destination, in a heavenly world. What are the five? “She abstains from the destruction of life, abstains from taking what is not given, abstains from sexual misconduct, abstains from false speech, abstains from wine, liquor, and intoxicants that cause negligence. When a woman possesses these five qualities, with the breakup of the body, after death, she is reborn in a good destination, in a heavenly world.” The Five Precepts (*Pañcasīlasutta*) in Bhikkhu Bodhi (p. 1289)



É importante reforçar o que o *sutta* está inserido no contexto do conceito de *samsāra* – conceito que, dentre outros sentidos possíveis, se refere à existência do ser que está preso em um ciclo de renascimentos, motivado pela ignorância distorcida (Skt. *avidyā*) e assumindo diferentes renascimentos em diversos estados de existência diferentes sem qualquer controle do indivíduo, sofrimento esse que o Buda ensina a superar através de seus ensinamentos (PICCIN, 2020, p. 316). Isso significa que o indivíduo toma renascimentos femininos e masculinos em diversos tipos de existência. Sendo o renascimento feminino como ser humano um dos tipos de renascimentos, os sofrimentos descritos sobre ele no *sutta* não dizem, portanto, respeito a uma condição existencial específica das mulheres – mas, como dito, em sofrimentos associados a esse renascimento por questões biológicas ou sociais. Como lemos,

“Mendicantes, existem estes cinco tipos de sofrimento que se aplicam particularmente às mulheres. As mulheres sofrem e os homens não. Quais cinco? Primeiro, uma mulher, ainda jovem, vai morar com a família de seu marido e é separada de seus parentes. Este é o primeiro tipo de sofrimento que se aplica particularmente às mulheres. Além disso, uma mulher tem o ciclo menstrual. Este é o segundo tipo de sofrimento que se aplica particularmente às mulheres. Além disso, uma mulher fica grávida. Este é o terceiro tipo de sofrimento que se aplica particularmente às mulheres. Além disso, uma mulher dá à luz. Este é o quarto tipo de sofrimento que se aplica particularmente às mulheres. Além disso, uma mulher serve a um homem. Este é o quinto tipo de sofrimento que se aplica particularmente às mulheres. Estes são os cinco tipos de sofrimento que se aplicam particularmente às mulheres. As mulheres são submetidas, e os homens não”³.

3 No original: “Mendicants, there are these five kinds of suffering that particularly apply to females. They’re undergone by females and not by men. What five? Firstly, a female, while still young, goes to live with her husband’s family and is separated from her relatives. This is the first kind of suffering that particularly applies to females. Furthermore, a female undergoes the menstrual cycle. This is the second kind of suffering that particularly applies to females. Furthermore, a female undergoes pregnancy. This is the third kind of suffering that particularly applies to females. Furthermore, a female gives birth. This is the fourth kind of suffering that particularly applies to females.”



O texto original está em língua Páli, e foram traduzidos para o inglês por Bhikkhu Sujato⁴ e Bhikkhu Bodhi⁵. A versão acima é uma tradução livre para o português que tem como base a tradução de Bhikkhu Sujato, e é utilizada ao longo do artigo todas as vezes que for necessário referir-se ao texto. Dessa maneira, sigamos à discussão dos temas.

3. UMA REFLEXÃO SOBRE OS CINCO SOFRIMENTOS PARTICULARES DAS MULHERES COMO MARCADORES DE DESIGUALDADES DE GÊNERO NO CONTEXTO BRASILEIRO

O Buda inicia o *sutta* com a afirmação “Mendicantes, existem estes cinco tipos de sofrimento que se aplicam particularmente às mulheres. As mulheres sofrem e os homens não”. Esta primeira passagem do *sutta* posiciona, de imediato, a preocupação central do Buda com os sofrimentos e suas causas, enfatizando a importância das Quatro Nobres Verdades (Skt. *catvāriāryasatyāni*) como ensinamento primário e definitivo para o desenvolvimento da soteriologia budista.

Nesta passagem introdutória do discurso, o Buda apresenta à assembleia de renunciantes uma assertiva, a de que as mulheres, por terem nascido como mulheres, experimentam cinco tipos de sofrimentos. Assim, na introdução do discurso, ao destacar os sofrimentos experimentados unicamente pelas mulheres o Buda demonstra sua grande compaixão (Skt. *mahākaruṇā*) por todos os seres sencientes. Uma das qualidades da joia Buda, de acordo com Tsongkhapa na obra *Lamrim Chenmo*, é que “o Sábio está preso pela grande compaixão, que então surge continuamente da maneira como ele observa o sofrimento dos seres vivos” (Lobsang Dragpa TSONGKHAPA, 2020, p. 176). Então, por observar as aflições dos seres vivos, movido pela grande compaixão o Buda busca destruir esses sofrimentos.

Ademais, expressa o princípio de igualdade proposto pelo Buda histórico desde o estabelecimento das primeiras comunidades budis-

Furthermore, a female provides services for a man. This is the fifth kind of suffering that particularly applies to females.

These are the five kinds of suffering that particularly apply to females. They’re undergone by females and not by men.” (BHIKKHU SUJATO, 2018)

⁴ Cf. BHIKKHU SUJATO, 2018, v. 4, p. 238.

⁵ Cf. BHIKKHU BODHI, 2000, p. 1287.



tas. De fato, a introdução da noção de igualdade em uma sociedade patriarcal de tradição brâmane há aproximadamente 2.600 anos, na qual a mulher detinha uma posição de subordinação ao homem em todos os aspectos da sua vida, representou uma mudança de atitude revolucionária em relação às mulheres (Claudia ROMBERG, 2002, p. 161; Chand SIRIMANNE, 2016, p. 275).

A maior contribuição do budismo para o cenário social e político da Índia é a suposição radical de que todos os homens e mulheres, independentemente de sua casta, origem ou status, têm o mesmo valor espiritual. Isso é especialmente pertinente com relação ao status das mulheres, que eram tradicionalmente impedidas pelos brâmanes de participarem de ritos religiosos e estudarem os textos sagrados dos Vedas (HALKIAS 2013, p. 494 apud Chand SIRIMANNE, 2016, p. 275)

Então, todas as pessoas, independentemente de qualquer distinção, que procuravam os ensinamentos do Buda e adentravam a *samgha* buscando a libertação dos sofrimentos perdiam a sua identidade social como membros das quatro *varnas*, que compunham a estrutura hierárquica vigente na época.

3.1 O primeiro sofrimento particular: a separação da família no casamento

O primeiro sofrimento particular das mulheres é apresentado pelo Buda no discurso da seguinte maneira: “Primeiro, uma mulher, ainda jovem, vai morar com a família de seu marido e é separada de seus parentes. Este é o primeiro tipo de sofrimento que se aplica particularmente às mulheres”.

A referência ao casamento e à separação da família como sofrimento pode ser analisada à luz condição da mulher na época do Buda histórico, em um contexto social que era regido pelo código de Manu, o Manusmrti, um conjunto de normas e regras que norteavam as relações e a organização social. No Manusmrti as regras determinavam à mulher o papel social de completa dependência em relação ao homem:

Mesmo em sua própria casa, a mulher - seja ela criança, jovem ou idosa - nunca deve realizar nenhuma tarefa de forma independente.



Quando criança, ela deve permanecer sob o controle do pai; quando jovem, sob o controle do marido; e quando o marido morrer, sob o controle dos filhos. Ela nunca deve procurar viver de forma independente. Ela nunca deve querer se separar do pai, do marido ou dos filhos, pois ao se separar deles, a mulher traz desgraça para ambas as famílias. (Patrick OLIVELLE, 2005, p. 146)⁶

Portanto, a mulher era tutelada ao longo de toda a vida por um homem e, naquela estrutura patriarcal, o casamento precoce era norma. Segundo as leis vigentes da época, um rapaz de 17 anos que já tivesse concluído os estudos era elegível para o casamento (Shirirama INDRADEVA, 1976, p. 74). Quando às meninas, “Manu determina que um homem de trinta anos deve se casar com uma jovem de doze anos ou um homem de vinte e quatro anos com uma menina de oito” (Shirirama INDRADEVA, 1976, p. 75)⁷. Essa diferença de idade, segundo a mesma autora, tinha o objetivo de assegurar a total dependência da mulher em relação ao homem, bem como a superioridade masculina sobre a mulher.

Atualmente, o casamento infantil⁸ é uma realidade em muitos países, inclusive no Brasil, que ocupa atualmente o quarto lugar mundial em número de uniões precoces, atrás apenas da Índia, Bangladesh e Nigéria (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

O casamento infantil representa uma violação flagrante de direitos humanos, principalmente para as meninas, para quem o impacto sobre a vida e a saúde é mais acentuado. Uma das consequências mais nefastas é o risco de gravidez precoce porque, com o casamento, essas meninas têm sua autonomia limitada para decidir sobre a postergação da mater-

⁶ No original: “Even in their own homes, a female—whether she is a child, a young woman, or an old lady—should never carry out any task independently. As a child, she must remain under her father’s control; as a young woman, under her husband’s; and when her husband is dead, under her sons’. She must never seek to live independently. She must never want to separate herself from her father, husband, or sons; for by separating herself from them, a woman brings disgrace on both families.” (Patrick OLIVELLE, 2005, p. 146)

⁷ No original: “Manu prescribes that a man of thirty should marry a maiden of twelve or a man of twentyfour, a girl of eight”. (Shirirama INDRADEVA, 1976, p.75)

⁸ Casamento infantil é um indicador dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), definido como a proporção de mulheres de 20 a 24 anos que se casaram ou se uniram antes dos 18 anos (UNFPA, 2023, p. 163).



nidade ou o uso de métodos contraceptivos. Além disso, diante de uma perspectiva limitada de educação e trabalho, muitas vezes a gravidez acaba sendo um projeto de vida. As mães adolescentes têm maior risco de eclâmpsia e infecções do que mães de 20 a 24 anos e seus bebês têm maior risco de baixo peso ao nascer e prematuridade, complicações que aumentam o risco de morte para mães e bebês (WORLD ECONOMIC FORUM 2016; OMS, 2023).

Além disso, diante do casamento e da maternidade, as meninas são obrigadas a abandonar a escola, limitando sua oportunidade de trabalho e restringindo seu projeto de vida. Os filhos, igualmente, têm um risco maior para não completar o ensino secundário. Não por acaso o Fórum Econômico Mundial em 2016 classificou o casamento infantil como um desastre, não só para a menina, mas para a economia como um todo (WORLD ECONOMIC FORUM 2016; OMS, 2023).

3.2 O segundo sofrimento particular: a menstruação

Na sequência do *sutta*, o Buda afirma: “além disso, uma mulher tem o ciclo menstrual⁹. Este é o segundo tipo de sofrimento que se aplica particularmente às mulheres”. Novamente, esta passagem do *sutta* poderia ser entendida a partir do significado da menstruação e do papel da mulher na época do Buda histórico.

O *Manusmṛti* também estabelecia regras para determinar a conduta social da mulher durante o período menstrual. A mulher menstruada deveria ser tratada como impura, e tal condição de impureza só era concluída com o banho da mulher após o período menstrual (Patrick OLIVELLE, 2005, p.257). Os homens eram proibidos de terem relações sexuais durante a menstruação da esposa porque “quando o homem faz sexo com uma mulher suja de sangue menstrual, sua sabedoria, energia, força, visão e força vital são desperdiçadas” (Patrick OLIVELLE, 2005,

⁹ O ciclo menstrual é, por definição, o período que começa no primeiro dia da menstruação e termina no último dia antes da menstruação seguinte. Por exemplo, uma mulher que teve uma menstruação no dia 01 de outubro e novamente no dia 30 de outubro teve um ciclo de 29 dias. A maioria das mulheres tem ciclos menstruais com intervalo de 24 a 35 dias, com duração do fluxo menstrual entre 2 e 8 dias e volume total de sangramento entre 30 a 80 ml (Hugh S. TAYLOR, Lubna PAL & Emre SELI, 2020, p. 217)



p.126)¹⁰. O homem não deveria, sequer, falar com uma mulher menstruada ou comer um alimento que foi tocado por uma mulher menstruada (Patrick OLIVELLE, 2005, p. 127 e p.135).

Desse modo, em um cenário no qual a condição social da mulher era de extrema dependência do homem, durante o período menstrual ela era ainda mais isolada e segregada do convívio social. Nesse contexto instalaram-se as primeiras comunidades monásticas femininas, surgindo a necessidade de adaptação do código monástico para atender a situações surgidas no cotidiano em função da menstruação. De uma maneira geral, pelo menos uma dessas quatro regras em relação à menstruação está incluída nos códigos monásticos femininos: regras para o uso de um pano menstrual bem como as instruções do uso; regras proibindo as monjas de manter consigo os panos menstruais comunitários além de um determinado tempo; regras a respeito da higienização dos panos menstruais, e regras que proíbem na comunidade as mulheres que menstruam excessivamente ou não menstruam (Amy Paris LANGENBERG, 2016, p.171).

De fato, o significado do sangue menstrual no budismo indiano clássico apresenta diversos pontos de vista, alguns enfatizando a noção de pureza, outros não; entretanto, no que se refere ao código Vinaya, não é conferida qualquer importância simbólica ao sangue menstrual: “na lei Vinaya, o sangue feminino não é, entretanto, simbolicamente importante. Ele não é respeitado nem venerado”¹¹ (Amy Paris LANGENBERG, 2016, p.165, p. 176).

Todavia, mesmo nos dias de hoje a menstruação ainda é cercada de tabus. Ainda que seja um fenômeno natural, como parte do processo da reprodução humana, em muitas culturas as pessoas menstruadas são consideradas impuras, sujas, malcheirosas, contaminadas. E, mesmo nas sociedades onde pessoas menstruadas não enfrentam esses preconceitos, a menstruação é invisível, cercada pelo silêncio (Inga T. WINKLER & Virginia ROAF, 2015, p. 3-7).

¹⁰ No original: “... for when a man has sex with a woman besmirched with menstrual blood, his wisdom, energy, strength, sight, and life-force waste away.” (Patrick OLIVELLE, 2005, p. 126).

¹¹ No original: “In Vinaya law, female blood is not, however, symbolically important. It is neither respected nor venerated.” (Amy Paris LANGENBERG, 2016, p. 165, p. 176).



Desse modo, o estigma, os tabus e normas socioculturais relacionados à menstruação provocam a exclusão e a discriminação de pessoas que menstruam, adultas e adolescentes (UNITED NATIONS, 2019). Nessa perspectiva, deve-se reconhecer que a realidade de muitas pessoas que menstruam é cercada de limitações, discriminações, violências e carências de recursos em relação à gestão menstrual. De fato, vários grupos de pessoas, tais como moradoras de rua, mulheres presas, estudantes e homens transgênero, se incluem na dimensão de pobreza menstrual, um conceito que deve ser entendido como sendo de natureza multifatorial, uma condição de carência que envolve múltiplas dimensões, tais como saúde, educação, trabalho, moradia e nível de vida em geral (ESCUELA DE LA TRIBU, 2022, p. 37).

A pobreza menstrual reduz oportunidades para pessoas que menstruam, adolescentes e adultas, aumenta o risco para o início precoce das relações sexuais, gravidez na adolescência, exposição à prática do sexo inseguro, infecções sexualmente transmissíveis e violência sexual nas primeiras relações sexuais, dessa maneira ampliando ainda mais as desigualdades de gênero (ESCUELA DE LA TRIBU, 2022, p. 14).

3.3 O terceiro e o quarto sofrimento particular: a gravidez e o parto

Na passagem seguinte, o Buda afirma, a respeito do terceiro e do quarto sofrimento particular das mulheres: “além disso, uma mulher fica grávida. Este é o terceiro tipo de sofrimento que se aplica particularmente às mulheres. Além disso, uma mulher dá à luz. Este é o quarto tipo de sofrimento que se aplica particularmente às mulheres.”

Novamente, essa passagem parece aplicar-se mais a uma consideração a respeito das dificuldades práticas de uma gravidez e um parto na época do Buda do que a questões de natureza soteriológica. Então, naquela sociedade patriarcal de profunda submissão da mulher, até mesmo o papel da mulher na procriação era minimizado. Uma vez que a maternidade dependia da semente do pai, a mulher era considerada inferior (Shrirama INDRADEVA 1976, p. 75).

No *sūtrā* “O Ensino ao Venerável Nanda sobre a Entrada no Útero” (*Āryāyus.mannandagarbhāvakrāntinirdēśa*), o Buda relata detalhadamente a gestação ao longo de trinta e oito semanas bem como o nascimento, e é considerado o relato indiano antigo mais abrangente



sobre a gestação, bem como uma fonte importante para a embriologia na medicina tibetana (Robert KRITZER, 2023). A ênfase é na explicação do sofrimento do nascimento, mas na passagem que relata o nascimento propriamente dito, às trinta e oito semanas, o Buda menciona a possibilidade de morte materna e fetal em função do carma acumulado em vidas anteriores.

O ser no útero, de cabeça para baixo, estende seus dois braços e gradualmente deseja emergir do útero. Se o ser no útero acumulou carma em vidas anteriores que resultaria em sua morte no útero, ele será incapaz de se virar porque seus braços e pernas ficam entrelaçados, e ele morrerá no útero de sua mãe por causa de seu carma cheio de pecado e não virtuoso. E, nesse momento, a mãe também experimentará grande sofrimento ou morrerá. Se, em vidas anteriores, ele se engajou em ações virtuosas e acumulou as causas que resultariam em uma vida longa, quando o nascimento for iminente, tanto a mãe quanto a criança serão muito felizes e não terão esse sofrimento que resulta do carma de pecado e não virtuoso. (Robert KRITZER, 2023, p. 23)¹².

A partir da descrição da apresentação fetal nessa passagem é possível imaginar que se trata de um nascimento com o feto em apresentação anômala: “ele será incapaz de se virar porque seus braços e pernas ficam entrelaçados” e, como resultado, ele morrerá e sua mãe experimentará grande sofrimento ou morrerá também. Na explicação, o Buda atribui esse desfecho ao acúmulo de carma não virtuoso.

Essa passagem é muito instigante porque, mesmo nos dias atuais, o parto vaginal em apresentações anômalas é considerado de alto risco para traumatismo, asfixia e mortalidade fetal. A alternativa mais segura para mãe e bebê muitas vezes é o parto cesariana, uma opção inexistente naquela época (G Justus HOFMEYR, 2023).

¹² No original: “The being in the womb, upside down, extends its two arms and gradually wishes to emerge from the womb. If the being in the womb accumulated karma in previous lives that would result in its dying in the womb, it will be unable to turn over because its arms and legs become intertwined, and it will die in its mother’s womb on account of its sinful, nonvirtuous karma. And at that time, the mother, too, will experience great suffering or die. If, in previous lives, it engaged in virtuous actions and accumulated the causes that would result in a long life, when birth is imminent, both mother and child will be very happy and will not have such suffering that results from sinful, nonvirtuous karma” (Robert KRITZER, 2023, p. 23).



Na atualidade, a mortalidade materna é considerada pelos órgãos de saúde pública um indicador muito importante de saúde pública e de desigualdade de gênero uma vez que é um reflexo das disparidades no acesso aos serviços de saúde e salienta a lacuna entre ricos e pobres (OPAS, 2023). No Brasil, o cenário de mortalidade materna é dramático; o país mantém um nível muito elevado de razão de mortalidade materna¹³, que supera em pelo menos três vezes a meta esperada para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (Caio Tavares MOTTA & Marcelo Rasga MOREIRA 2021, p. 4398; Jornal da USP, 2022).

Sem dúvida nenhuma, a pandemia de COVID-19 teve um impacto muito importante nas mortes maternas no Brasil; em 2020, o país assumiu a deplorável liderança mundial de mortes maternas por COVID-19 e chegou ao ponto de que, para cada dez mortes maternas por COVID-19 no mundo, oito ocorreram no Brasil (Alex Sandro Rolland SOUZA & Melania Maria Ramos AMORIM, 2021, p.5258; Marcos NAKAMURA-PEREIRA et al, 2021, p.445). Entretanto, as principais causas de morte materna no Brasil são aquelas que resultam de complicações relacionadas diretamente com a gravidez, parto ou puerpério. Em 2020, estas foram as causas principais: hipertensão, hemorragia, infecção puerperal e aborto (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022, p. 25).

Assim, o problema da mortalidade materna relaciona-se diretamente à qualidade precária dos serviços de saúde, ou seja, resulta de condições médicas que poderiam ser evitadas por meio da ampliação do acesso e da melhoria da qualidade dos serviços de saúde sexual e reprodutiva, notadamente a atenção ao pré-natal, ao parto e ao planejamento familiar. Ademais, as mortes predominam em mulheres que, além de receberem pior assistência no ciclo gravídico-puerperal, são negras (65%), de baixa escolaridade (77% tinham menos de 12 anos de estudo) e solteiras (70%), denotando a profunda desigualdade social e

¹³ Morte materna é a morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, independentemente da duração ou da localização da gravidez. É causada por qualquer fator relacionado ou agravado pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela. Não é considerada morte materna a que é provocada por fatores acidentais ou incidentais. A razão de mortalidade materna é um indicador que relaciona as mortes maternas com o número de nascidos vivos, e é expressa por 100.000 nascidos vivos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007, p. 12, 16).



de gênero que envolve o problema das mortes maternas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022, p.27).

Múltiplas são as intervenções propostas e em andamento para reduzir as mortes maternas no Brasil, que não aprofundaremos para evitarmos ir além do escopo deste artigo, mas não poderíamos de deixar de concordar com Massari e Gomes, que afirmam: “Para evitar mortes maternas, é vital prevenir a gravidez indesejada. Todas as mulheres, incluindo adolescentes, precisam ter acesso a métodos contraceptivos, serviços de aborto seguro em toda a extensão da lei e atendimento de qualidade no pós-aborto” (Maria Teresa Rossetti MASSARI & Maria Auxiliadora de Souza Mendes GOMES, 2023, p. 59).

É necessário mencionar, além da mortalidade materna, o problema da violência obstétrica como um sofrimento particular das mulheres durante o ciclo gravídico-puerperal. Violência obstétrica pode ser definida como

“qualquer conduta, ato ou omissão por profissional de saúde, tanto em público como privado, que direta ou indiretamente leva à apropriação indevida dos processos corporais e reprodutivos das mulheres, e se expressa em tratamento desumano, no abuso da medicalização e na patologização dos processos naturais, levando à perda da autonomia e da capacidade de decidir livremente sobre seu corpo e sexualidade, impactando negativamente a qualidade de vida de mulheres”. (Ley Orgánica sobre el Derecho de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia Gaceta Oficial 38.647 Apud Charles Dalcanale TESSER et al, 2015, p. 3)

Como se pode observar, essa definição abrange uma ampla variedade e situações de maus tratos durante o período da gestação e do parto, incluindo, por exemplo, abuso físico e verbal, estigmatização e discriminação, procedimentos médicos realizados sem o consentimento delas, uso da força durante os procedimentos e abandono ou negligência por parte dos profissionais de saúde Além do mais, as mulheres mais jovens, com menor escolaridade, solteiras, de baixo nível socioeconômico, de minorias étnicas, migrantes e as que vivem com HIV são aquelas mais expostas ao risco de violência obstétrica e, portanto, mais particularmente propensas a sofrerem abusos, desrespeitos e maus tratos (WHO, 2019).



3.4 O quinto sofrimento particular: a submissão ao homem

Por fim, o último sofrimento particular das mulheres é assim apresentado pelo Buda: “Além disso, uma mulher serve a um homem. Este é o quinto tipo de sofrimento que se aplica particularmente às mulheres”. Novamente, segundo o código de Manu, a conduta esperada para uma esposa era servir o marido “com mente, fala e corpo mesmo que ele seja pobre, doente ou tolo” (Shirirama NDRADEVA, 1976, p. 44). O significado da maneira de uma mulher servir a um homem era assim descrito no Manusmṛiti:

Embora ele possa ser desprovido de virtude, dado à luxúria e totalmente desprovido de boas qualidades, uma boa mulher deve sempre venerar seu marido como um deus. Para as mulheres, não há sacrifício, voto ou jejum independente; a mulher será exaltada no céu pelo simples fato de ter servido obedientemente ao marido. Uma boa mulher, que aspira ir para o mesmo mundo que o marido, nunca deve fazer nada que desagrade ao homem que lhe deu a mão, esteja ele vivo ou morto (Patrick OLIVELLE, 2005, p. 146)¹⁴.

O papel das mulheres era, portanto, reduzido a uma condição de subserviência em relação ao marido tão violenta que a agressão física era tolerada, e até esperada, em algumas circunstâncias; o código de Manu autorizava o marido a espancar a esposa com algum instrumento, como corda ou bengala, para corrigir sua conduta (Shirirama NDRADEVA, 1976, p. 44).

A violência por parte do parceiro é uma das manifestações de violência contra a mulher e refere-se ao comportamento de um parceiro ou ex-parceiro que causa danos físicos, sexuais ou psicológicos – incluindo agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores (OPAS, 2012, p. 11).

Em 2021, Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que uma de cada três mulheres em todo o mundo sofreram violência física e/ou

¹⁴ No original: “Though he may be bereft of virtue, given to lust, and totally devoid of good qualities, a good woman should always worship her husband like a god. For women, there is no independent sacrifice, vow, or fast; a woman will be exalted in heaven by the mere fact that she has obediently served her husband. A good woman, desiring to go to the same world as her husband, should never do anything displeasing to the man who took her hand, whether he is alive or dead.” (Patrick OLIVELLE, 2005, p. 146).



sexual por parte do parceiro ou de terceiros ao longo da vida (WHO, 2021). No Brasil, a situação não é diferente; em 2023, 43% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais sofreram ao longo da vida alguma violência física, psicológica ou sexual por parceiro íntimo (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023, p. 17). Trata-se de uma violência silenciosa, que ainda é culturalmente aceita em muitos países e, muitas vezes, amparada pelas instituições. Por exemplo, o estupro marital não é criminalizado por nenhuma lei por 43 países (UNFPA 2021, p. 48).

As consequências desse tipo de violência são devastadoras, sendo o feminicídio o desfecho mais catastrófico. Em 2020, por exemplo, aproximadamente 47.000 mulheres e meninas foram assassinadas pelo parceiro íntimo ou outro membro da família em todo o mundo; isso significa, em média, um assassinato a cada 11 minutos (UNODOC, 2021, p. 7). O Brasil detém a marca de uma das mais altas taxas de feminicídio no mundo, alcançando o pico de uma vítima a cada 6 horas em 2022 (CARTA CAPITAL, 2023).

A violência do parceiro íntimo é causa de uma variedade de problemas de saúde para a mulher, tais como traumatismos, gestações indesejadas, abortos induzidos, problemas ginecológicos e infecções sexualmente transmissíveis, incluindo HIV, transtornos mentais, abuso de substâncias, entre outros (OPAS, 2012, p. 14). Mulheres que sofrem abuso no casamento têm uma chance até três vezes maior de adquirir HIV, e até quatro vezes maior para outras infecções sexualmente transmissíveis ((UNFPA 2021, p. 48). Além disso, as consequências se estendem para além do campo individual, causando profundos impactos sociais e econômicos.

Diante desse cenário, é promissor que a legislação internacional de direitos humanos reconheça a violência sexual do parceiro íntimo como crime em qualquer circunstância. Assim, por exemplo, o Protocolo da Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres na África orienta claramente aos Estados membros a adotar leis que proíbem “todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo sexo indesejado ou forçado, independentemente de a violência ocorrer no público ou no privado”. De maneira similar, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos determinou como inaceitável a



imunidade do marido nos processos por estupro da esposa, dentro do campo civilizatório e do direito fundamental de respeito à dignidade humana (WHO, 2020, p.54).

4. REFLEXÕES SOBRE ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DO BUDDHA-DHARMA PARA A DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

No *Āveṇīkadukkhasutta*, apresentado neste artigo, a ênfase é na exposição de sofrimentos das mulheres que, se analisados à luz da condição social da mulher na época do Buda histórico, representam situações que eram vivenciadas por elas no dia a dia. Na cultura ocidental atual, todavia, podemos estabelecer um paralelo entre aquela realidade e a de milhares de mulheres e adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade para o casamento infantil, a pobreza menstrual, a mortalidade materna e a violência perpetrada pelo parceiro íntimo.

Discutir sobre as possíveis estratégias de ação para cada um desses problemas é tarefa de grande envergadura, que se estende além dos limites deste artigo; entretanto, a tradição budista dispõe de uma vasta quantidade de ensinamentos que, uma vez adotados, oferecem uma base para a mudança dessa realidade no sentido de contribuir com a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Uma das bases que sustenta a estrutura budista é a disciplina moral, que direciona o comportamento do/a praticante a partir da tomada de votos e preceitos. Para praticantes leigos/as iniciantes são um conjunto de cinco preceitos (Skt. *pañcāśīla*): não matar seres vivos, não tomar aquilo que não foi dado, não ter conduta sexual aflagrada, não mentir, não usar intoxicantes. Os/as praticantes que tomam os cinco preceitos são chamados/as de *upāsakas* ou *upāsikas* (TIBETAN BUDDHIST ENCYCLOPEDIA, 2014). Como vimos, são preceitos igualmente aplicados aos homens e às mulheres. Esses são os preceitos iniciais do caminho budista; à medida que o/a praticante prossegue no treinamento empenha-se na prática de outros votos e preceitos que são categorizados em diferentes conjuntos, de acordo com o nível do treinamento.

De grande importância é o entendimento que a tomada de preceitos e votos é um compromisso individual, e não uma referência para julgar o comportamento dos outros. O objetivo de proteger a disciplina



ética é manter um senso de controle, para evitar ações de corpo, fala e mente que são prejudiciais tanto para si mesmo como para o outro (Lobsang Dragpa Je TSONGKHAPA, 2020, p. 238-240).

As coleções canônicas budistas são classicamente referidas como “os três cestos” (Skt. *Tripiṭaka*), que incluem a cesta de disciplina moral (Skt. *Vinaya*), a cesta de discursos ou sermões (Skt. *Sūtras*) e a cesta da teoria da realidade (Skt. *Abhidharma*). Esses três treinamentos estão dispostos em uma sequência de tal modo que a disciplina moral deve ser cultivada como a base, o fundamento inicial da prática para o treinamento da concentração meditativa, que está incluída na cesta dos *sūtras*, e para o conhecimento da teoria da realidade (Yu JUN, 2021, p. 16, 18). A disciplina ética, portanto, é o alicerce da prática espiritual e significa “afastar-se do comportamento não virtuoso, que é prejudicial, e adotar um comportamento virtuoso, que é benéfico (Daniel PERDUE, 2023, p. 73).

Ao refletirmos sobre esses cinco preceitos a partir da perspectiva dos problemas causados pelas desigualdades de gênero apresentados neste artigo, fica muito evidente que sua prática sincera representa uma enorme contribuição do budismo nos esforços para a superação dessas condições. No caso do preceito de não ter conduta sexual afluente, por exemplo, a pessoa é encorajada a subjugar a luxúria extrema e o comportamento sexual imprudente e cruel, que causa dor e confusão em si mesmo no outro, e a preservar a harmonia do casal (Dalai LAMA & Thubten CHODRON, 2019, p. 125, p. 472). O preceito de não matar se expande além da ação em si e inclui outras maneiras de prejudicar a vida, tais como fabricar armas ou venenos, trabalhar na indústria de armamentos, operar um cassino, trabalhar em matadouros e fazer, vender ou servir substâncias intoxicantes, por exemplo ((Dalai LAMA & Thubten CHODRON, 2019, p. 472). E o preceito de não usar intoxicantes inclui, não apenas o uso de álcool e drogas ilegais, como também o uso incorreto de medicamentos prescritos ((Dalai LAMA & Thubten CHODRON, 2019, p. 114).

Esses preceitos se interrelacionam com o princípio da não violência, uma vez que a oposição à violência é um elemento fundamental em todas as tradições budistas (Juichiro TANABE, 2014, p. 122). Novamen-



te, há uma vastidão de textos que examinam o tema da não violência e a contribuição que o budismo traz para a promoção de uma cultura de paz, cujo aprofundamento não adentraremos para não avançarmos além do objetivo deste artigo. O ponto aqui é que este princípio está na base do enfrentamento de todos os cinco sofrimentos explicados no *Āveṇīkadukkhasutta* que são experienciados pelas mulheres na atualidade: o casamento infantil, a pobreza menstrual, a mortalidade materna e a violência baseada no gênero.

E, finalmente, a tradição budista propõe o cultivo das Quatro Imensuráveis, um conjunto de quatro qualidades da mente que, quando desenvolvidas em elevados níveis de meditação tornam a mente “imensurável” (Peter HARVEY, 2013, p. 279). O cultivo dessas qualidades representa mais uma contribuição do budismo para beneficiar os/as praticantes, inclusive no que se refere à abordagem das desigualdades de gênero e empoderamento da mulher. De maneira muito breve e resumida, a noção das Quatro Imensuráveis se refere ao amor-bondade, compaixão, alegria e equanimidade. O amor-bondade (Skt. *maitrī*) é a aspiração sincera pela felicidade de todos os seres, e é o antídoto para o ódio e o medo. A compaixão (Skt. *karuṇā*) é a aspiração para que todos os seres se libertem dos sofrimentos, é o antídoto para a crueldade. A alegria empática (Skt. *muditā*) é a alegria pela alegria dos outros, antídoto para a inveja e o descontentamento. E, por último, equanimidade (Skt. *upeks.ā*) é a serenidade equilibrada diante dos altos e baixos da vida – da sua própria e a do outro; é o antídoto para a parcialidade e o apego (Peter HARVEY, 2013, p. 279-280).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira, tivemos a oportunidade de analisar os cinco sofrimentos descritos pelo *Āveṇīkadukkhasutta* sob dois pontos de vista: tanto sob como eles se relacionavam à cultura da época quanto sob, infelizmente, muitas vezes persistem até os dias atuais. Observamos que os cinco sofrimentos descritos dizem respeito a sofrimentos experimentados por aqueles que tomam renascimento feminino, sofrimentos esses que são devido a questões biológicas e culturais. Após um breve



estudo sobre o contexto textual onde o *sutta* está localizado, analisamos individualmente cada um dos sofrimentos.

Assim, analisamos o primeiro sofrimento (a separação da família no casamento) sob o ponto de vista do casamento infantil, sofrimento comum na cultura da época e que persiste em muitas culturas até os dias de hoje, inclusive no Brasil. Analisamos o segundo sofrimento (a menstruação) à luz da discriminação sofrida pelas mulheres no período, bem como pelo sofrimento atual no contexto da pobreza menstrual. O terceiro e o quarto sofrimento (gravidez e parto) foram analisados no contexto das dificuldades associadas a esse período, especialmente no contexto em que as condições não são ideais, especialmente em um contexto de falta de assistência médica adequada em saúde sexual e reprodutiva. Por fim, o quinto sofrimento (a submissão ao homem) foi analisado no contexto da cultura indiana do período, bem como dos atuais índices de violência contra a mulher, sobretudo a perpetrada pelo parceiro íntimo.

Por fim, trouxemos elementos da tradição budista para discutir as bases sobre as quais esses problemas podem ser socialmente adereçados – especialmente, trabalhando a importância dos cinco preceitos, aplicáveis tanto a homens quanto a mulheres, da progressão nos preceitos e do cultivo de virtudes. Como são referenciais nos quais o respeito e a não-violência permanecem como base, eles têm como direcionamento proteger os seres do sofrimento, e se opõe diretamente à cultura que causa os cinco sofrimentos particulares das mulheres como descrito no *sutta*. Tais ensinamentos trabalham a proteção a todos os seres em suas particularidades, e por isso podem ser considerados fundamentos sobre os quais tarefas de ação robustas para benefício e proteção podem ser realizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BHIKKHU BODHI (trad.). *The Connected Discourses of the Buddha: A Translation of the Saṃyutta Nikāya*. Tradutor: Bhikkhu Bodhi. Wisdom Publications, 2000.
- BHIKKHU SUJATO (trad.). *Linked Discourses: A plain translation of the Saṃyutta Nikāya*. 5 volumes. SuttaCentral, 2018.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Dados do Unicef apontam que o Brasil ocupa o 4º lugar em casamentos infantis no mundo - Notícias**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/>>



noticias/853645-dados-do-unicef-apontam-que-o-brasil-ocupa-o-4o-lugar-em-casamentos-infantis-no-mundo/>. Acesso em: 06 de agosto de 2023.

CARTA CAPITAL. **Brasil registra pico de feminícios em 2022, com uma vítima a cada 6 horas**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/brasil-registra-pico-de-feminicidios-em-2022-com-uma-vitima-a-cada-6-horas/>. Acesso em: 06 de agosto de 2023.

ESCUELA DE LA TRIBU. **Guía de Salud Menstrual**. [s.l.] Ministerio de Salud, Ministerio de la Mujer y la Equidad de Género, 2022. p. 75p

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; DATAFOLHA. **Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil**. forumseguranca.org.br. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao/>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Situação da População Mundial 2021. Meu corpo me pertence. Reivindicando o direito à autonomia e à autodeterminação**. Brasília - DF.: UNFPA, 2021

HARVEY, P. **An Introduction to Buddhism: Teachings, History and Practices**. New York: Cambridge University Press, 2013.

HOFMEYR, G. Justus. **UpToDate**. Disponível em: <<https://www.uptodate.com/contents/overview-of-breech-presentation#:~:text=Pregnant%20people%20with%20fetuses%20in>>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

INDRADEVA, Shirirama. The Status of Woman in Ancient India: Compulsives of the Patriarchal Order. **Diogenes**, v. 24, n. 93, p. 67–80, mar. 1976.

JORNAL DA USP. **Taxa de mortalidade materna no Brasil cresce principalmente por falta de recursos**. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/taxa-de-mortalidade-materna-no-brasil-cresce-principalmente-por-falta-de-recursos/>>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

JUN, Yu. **Análise de Textos Canônicos Sarvāstivāda III**. Valinhos, SP: BUDA, 2021. p. 43p

KRITZER, Robert. The teaching to Venerable Nanda on Entry into the womb (Āyurāṃ annadagarbhāvakrāntinirdeśa). **84.000: Translating the Words of the Buddha**, 2023.

LAMA, Dalai.; CHODRON, Thubten. **Following in the Buddha's footsteps: the library of wisdom and compassion. volume 4**. Sommerville, MA: Wisdom Publications, 2019. p. 592 p.

LAMAS, Marta. Usos, dificultades y posibilidades de la categoría género. **Papeles de Población**, v. 5, n. 21, p. 147–178, 1999.

LANGENBERG, Amy Paris. Buddhist Blood Taboo: Mary Douglas, Female Impurity, and Classical Indian Buddhism. **Journal of the American Academy of Religion**, v. 84, n. 1, p. 157–191, 2016.

MASSARI, Maria Teresa Rossetti; GOMES, Maria Auxiliadora de Souza Mendes. Relatório de estatísticas de saúde mundial: os ODS e a situação de mulheres e crianças. **Fundação**



Oswaldo Cruz. **Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS). Cadernos CRIS/FIOCRUZ 09/2023.** 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual dos Comitês de Mortalidade Materna.** 3 e d. ed. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 2007. 104p

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico 20.** Volume 53. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. 2022. 37p.

MOTTA, Caio Tavares; MOREIRA, Marcelo Rasga. O Brasil cumprirá o ODS 3.1 da Agenda 2030? Uma análise sobre a mortalidade materna, de 1996 a 2018. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, p. 4397–4409, out. 2021.

NAKAMURA-PEREIRA, Marcos; AMORIM, Melania Maria Ramos; PACAGNELLA, Rodolfo de Carvalho; TAKEMOTO, Maira Libertad Soligo; PENSO, Fatima Cristina Cunha; REZENDE-FILHO, Jorge de; LEAL, Maria do Carmo. COVID -19 and Maternal Death in Brazil: An Invisible Tragedy. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia / RBGO Gynecology and Obstetrics**, v. 42, n. 08, p. 445–447, ago. 2020.

OLIVELLE, Patrick. **Manu's Code of Law.** [s.l.] Oxford University Press, 2005.

OPAS. **Saúde materna - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde.** Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/node/63100#:~:text=O%20alto%20n%C3%BAmero%20de%20mortes>>. Acesso em: 20 de julho 2023.

OPAS. **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência.** Washington D.C. Organização Mundial da Saúde, 2012. p. 55p

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Adolescent pregnancy.** Disponível em: <<https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-pregnancy>>. Acesso em: 17 de julho de 2023.

PERDUE, Daniel. **O Curso de Raciocínio e Debate Budistas - uma abordagem asiática para o pensamento analítico extraído de fontes indianas e tibetanas.** Tradução: Magda Loureiro Motta Chinaglia e Plinio Marcos Tsai. Valinhos, SP: Associação Buddha-Dharma, 2023. p. 743p.

PICCIN, Estela. A ausência da roda do sam sãra na cultura visual budista de Gandhara. **REVER**, São Paulo, v. 20, n. 2, mai/ago 2020.

RODRÍGUEZ, Lilia. **DERECHOS SEXUALES Y REPRODUCTIVOS EN EL MARCO DE LOS DERECHOS HUMANOS.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://redinterquorum.org/dsr/wp-content/uploads/sites/2/2021/03/2-Derechos-sexuales-y-reproductivos-en-el-marco-de-los-derechos-humanos.pdf>>. Acesso em 06 de agosto de 2023.

ROMBERG, Claudia. Women in engaged Buddhism. **Contemporary Buddhism**, v. 3, n. 2, p. 161–170, nov. 2002.



SIRIMANNE, Chand. Buddhism and Women-The Dhamma Has No Gender. **Journal of International Women's Studies**, v. 18, n. 1, p. 273–292, 13 nov. 2016.

SOUZA, Alex Sandro Rolland; AMORIM, Melania Maria Ramos. Maternal mortality by COVID-19 in Brazil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 21, n. suppl 1, p. 253–256, fev. 2021.

SULLY, Elizabeth. A. et al. **ADDING IT UP Investing in Sexual and Reproductive Health 2019**. [s.l.] Guttmacher Institute, 2020. p. 60 p

TANABE, Juichiro. Buddhism and non-violent world.: Examining a Buddhist contribution to promoting the principle of non-violence and a culture of peace. **In Factis Pax**, 8(2): 122-146, 2014.

TAYLOR, Hugh S.; PAL, Lubna & SELI Emre. **Speroff's Clinical Gynecologic Endocrinology and Infertility**. Philadelphia, PA: Lippincott Williams & Wilkins, 2020, 9th ed. 3.505p.

TESSER, Charles Dalcanale, KNOBEL, Roxana, ANDREZZO, Halana Faria de Aguiar, DINIZ, Simone Grilo. Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. *Rev Bras Med Fam Comunidade*, 10(35):1-12, 2015. DOI: [https://doi.org/10.5712/rbmfc10\(35\)1013](https://doi.org/10.5712/rbmfc10(35)1013)

TIBETAN BUDDHIST ENCYCLOPEDIA. **Which Vows Are Which? A Beginner's Guide - Tibetan Buddhist Encyclopedia**. Disponível em: <http://tibetanbuddhistencyclopedia.com/en/index.php?title=Which_Vows_Are_Which%3F_A_Beginner%E2%80%99s_Guide>. Acesso em: 2 de agosto de 2023.

TSAI, Plínio Marcos. **Meditações. A vida do Buddha**. Valinhos, SP.: ATG, 2017. p. 399p.

TSONGKHAPA , Lobsang Dragpa. **Lamrim Chenmo Vol. II**. Tradução: Plinio Marcos Tsai. 1. ed. Valinhos: BUDA, 2020. p. 368p.

UNFPA. **Situação da população mundial 2023. 8 Bilhões de Vidas, INFINITAS POSSIBILIDADES: Em defesa de direitos e escolhas**. Brasília: Fundo de População das Nações Unidas, 2023. p. 190p.

UNITED NATIONS. **International Women's Day, 8 March 2019**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/news/2019/03/international-womens-day-8-march-2019?LangID=E&NewsID=24256>>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

UNODOC. UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Killings of women and girls by their intimate partner or other family members Global estimates 2020**. [s.l.] United Nations Office on Drugs and Crime, 2021. p. 34

VASUBANDHU, Mahāpaṇḍita. **Tratado da Refutação do Personalismo do Comentário ao Tesouro do Conhecimento Manifesto (Abhidharmakośakārikābhāṣya)**. Tradução: Plinio Marcos Tsai. Valinhos, SP: BUDA, 2021. p. 282p.

WINKLER, Inga. T.; ROAF, Virginia. Taking the Blood Linen out of the Closet - Menstrual Hygiene as a Priority for Achieving Gender Equality. **Cardozo Journal of Law and Gender**, p. 1–54, 2015.



WORLD ECONOMIC FORUM. **Child marriage: not just a girls' problem but an economic disaster.** Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2016/10/child-marriage-girls-economic-distaster-unicef-unfpa>>. Acesso em: 17 de julho de 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Violence against women.** Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>>. Acesso em 06 de Agosto de 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **New evidence shows significant mistreatment of women during childbirth.** Disponível em: <<https://www.who.int/news/item/09-10-2019-new-evidence-shows-significant-mistreatment-of-women-during-childbirth>>. Acesso em 13 de Novembro de 2023.

Submetido em: 3/4/2024

Aceito em: 13/5/2024